

-----Ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, realizada pelas vinte horas e trinta minutos do dia trinta do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, na sala das sessões do edifício dos Paços do Concelho, cuja ordem de trabalhos é a seguinte:-----

Ponto 1 : Apreciação do Relatório de Atividades e da Situação Financeira da Câmara Municipal;-----

Ponto 2: Apreciação e eventual aprovação dos “Documentos de prestação de Contas de 2017”.-----

Ponto 3: Apreciação e eventual aprovação da “ 1ª Revisão ao Orçamento, PPI, Atividades Mais Relevantes e Alteração ao Mapa de Pessoal”.-----

Ponto 4: Apreciação e eventual aprovação da “Adesão ao Projecto ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais” por parte da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.-----

-----Verificado o quórum, constata-se as presenças de: João Manuel Teixeira Bettencourt; Manuel Osvaldo Espínola Ramos em substituição de João Natal Lima Bettencourt, Lizete Bergantim Oliveira de Andrade Albuquerque, José Manuel Gregório de Ávila, Tiago Avelar Lima Santos, Nélia Maria Ávila Nunes Pereira, Ricardo Bettencourt Ramalho, João Eduardo Bettencourt dos Santos em substituição de José Manuel Bettencourt Ataíde, George Ortins Lobão, Paulo Jorge Leite da Cunha Manuel José Silva Ramos, todos do Partido Socialista; Maria do Natal Santos Cordeiro, Bruno Alexandre Teixeira Silveira; Marco Nuno Costa e Silva, Eulália Fernanda Pais Aguiar; Eutímio Manuel da Veiga Ortins; Rui Filipe Benjamim de Melo; Daniel Lima da Silva e Manuel Guilhermino da Rocha, todos do Partido Social Democrata.-----

-----Também presentes o Presidente da Camara Municipal, Manuel Avelar Cunha Santos, a Vice-Presidente Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro e os vereadores António Manuel Ramos dos Reis e Cláudia de Fátima Veiga da Cunha.-----

--Verificando-se que a Mesa da Assembleia Municipal não estava completa, devido à ausência do 1º Secretário, João Natal Lima Bettencourt, o Presidente da Assembleia Municipal convidou o membro da Assembleia Municipal Lizete Bergantim Oliveira de Andrade Albuquerque para assumir o cargo de 2º Secretário, sendo o cargo de 1º Secretário assumido por Tiago Avelar Lima Santos, conforme determina Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----Aberta a sessão o Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida e procedeu-se à leitura e votação da ata da reunião extraordinária de 21 de Março de 2018, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----No Período antes da ordem do dia, o deputado municipal, Guilhermino Rocha, questionou o Presidente da Câmara sobre as obras no Pavilhão Municipal, demonstrando a sua preocupação relativamente ao atraso da conclusão da obra e sobre o mau estado do pavimento. Assim, o mesmo informou que devido ao problema do pavimento, existiam modalidades desportivas, como é o caso do andebol e do futsal que iam ter problemas em utilizar aquele recinto. Para além disto, Guilhermino Rocha salientou, ainda, uma outra preocupação acarretada pelas obras do pavilhão municipal, a de que os treinos prolongavam-se para muito tarde da noite, com tempos de treino muito reduzidos e com equipas a treinarem ao mesmo tempo.-----

-----O Presidente da Câmara respondeu que juntava ao membro Guilhermino Rocha a mesma preocupação e que este assunto já tinha sido discutido em reunião de Câmara, uma vez que era preocupação de todos. O mesmo salientou, ainda, que a Câmara estava a investir muito dinheiro e, por isso, terá que agir rapidamente, para evitar outros problemas de obra.-----

-----De seguida, o Presidente da Câmara achou por bem passar a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara, uma vez que a mesma era que tinha a seu cargo a pasta da obra do pavilhão municipal.-----

-----A senhora Vice-Presidente referiu, também, que o executivo camarário estava preocupado com aquela degradação do piso do pavilhão desportivo e que existiam zonas do mesmo que tinham que ser alteradas até à parede, de forma a ficarem em condições. Sobre o término da obra em geral, a mesma referiu ter conhecimento pelo empreiteiro que naquele próprio dia tinha chegado o navio que transportava alguns materiais, nomeadamente o jato de areia para limpeza do exterior do pavilhão e que também tinham chegado no avião das dezassete horas os trabalhadores que vinham aplicar esses mesmos materiais.-----

-----A senhora Vice-Presidente informou, ainda, que o responsável máximo da empresa empreiteira tinha vindo à Câmara Municipal, há duas semanas, pedir a prorrogação do prazo de conclusão da obra e que o mesmo lhe foi dado por ela própria até ao mês de julho, ou seja, mais três meses. O empreiteiro disse-lhe que conseguiria terminar a obra dentro daquele prazo.-----

-----Relembrando o prazo inicial da obra, a senhora Vice-Presidente disse, ainda, que o que estava estipulado eram cinco meses de obra, mas que a posição do empreiteiro não tinha sido a melhor perante a

Digitally signed by [illegible]

Câmara. Apesar de tudo, a Vice-Presidente tinha a consciência de que alguns trabalhos não poderiam ser feitos com chuva, como por exemplo a aplicação do produto utilizado para limpeza das paredes exteriores do pavilhão, caso contrário, o mesmo teria que ser todo removido devido à humidade inerente.-----

-----Concluindo a sua intervenção sobre este assunto, a senhora Vice-Presidente disse que esperava, que a obra tivesse o seu fim e dentro do prazo estipulado.-----

-----Seguidamente passou-se à “Ordem do dia”.-----

Ponto 1 : Apreciação do Relatório de Atividades e da Situação Financeira da Câmara Municipal;-----

-----Neste ponto e por não haver inscrições para o efeito, deu-se o mesmo por terminado.-----

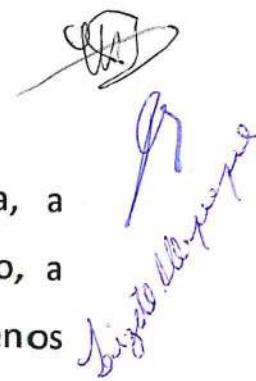
Ponto 2: Apreciação e eventual aprovação dos “Documentos de prestação de Contas de 2017”.-----


---- Na sua intervenção inicial, o Presidente da Câmara informou que as contas da autarquia continuavam a demonstrar uma situação financeira estável e equilibrada, o que se poderia analisar nos documentos ali apresentados. O mesmo disse que, à semelhança dos anos anteriores, a metodologia utilizada traduzia-se na elaboração de quadros, gráficos e rácios, nos quais se pretendia evidenciar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal, não apenas no período em análise, mas também a sua evolução face a anos anteriores. No ano precedente, o município tinha mantido a prestação dos seus serviços essenciais, nomeadamente a distribuição de água, a recolha de resíduos, o

[Handwritten signature and notes in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

saneamento, o centro de actividades de tempos livres, o cinema, a iluminação pública das nossas vias municipais, a piscina, o mercado, a biblioteca, a casa museu, o multiusos, entre outros não menos importantes, tentando, também, melhorar os seus serviços prestados. A execução global tinha-se fixado em noventa e três por cento para a receita e em oitenta e cinco por cento para a despesa. As receitas correntes arrecadadas em dois mil e dezassete tinham sido de três milhões, setecentos e três mil, setecentos e trinta e um euros, correspondente a uma execução de cento e dois por cento. As receitas de capital tinham sido de oitocentos e oitenta e sete mil, novecentos e quarente e dois euros, correspondente a uma taxa de execução de sessenta e sete por cento. A execução orçamental das despesas correntes tinha-se situado nos dois milhões, novecentos e oitenta e oito mil, duzentos e sessenta euros, tendo-se registado uma execução de noventa e dois por cento. A execução das despesas de capital tinha sido de um milhão, oitocentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e três euros, representando uma taxa de execução de setenta e sete por cento. Três valores importantes a salientar, eram as despesas com pessoal no valor de um milhão, duzentos e vinte e um mil, trezentos e trinta e nove euros, encargos com empréstimos, no total de duzentos e cinquenta e um mil e cinquenta e sete euros, e apoios concedidos num total de seiscentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e quarenta euros, pelo que a soma dos mesmos demonstrava que a margem disponível para outras aquisições era limitada e o investimento dependia do acesso aos fundos comunitários. A execução das várias funções que compunham as grandes opções do plano tinham sido as seguintes: as funções gerais, duzentos e sessenta e três mil, dezanove euros; as funções sociais, um milhão, setecentos e dezoito mil,


Bispo António





cento e trinta e cinco euros; as funções económicas, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta euros e outras funções, trezentos e noventa e nove mil, setecentos e sessenta e quatro euros.-----

----- Das ações inscritas nas grandes opções do plano, o Presidente da Câmara destacou os apoios diversos às nossas colectividades, associações, às famílias, as transferências para as nossas juntas e programas de emprego. Das obras e serviços prestados, destacaram-se a mudança da cobertura do edifício da Câmara Municipal, a manutenção do centro de actividades de tempos livres para as crianças do primeiro ciclo, a melhoria das condições de habitabilidade nos nossos bairros, um conjunto de investimentos de conservação das redes de água e respectivo controlo de qualidade, o início das obras da remodelação da casa museu João Tomás Bettencourt, a manutenção e requalificação da rede viária municipal, entre muitos outros investimentos e trabalhos efetuados, não menos importantes, mas de menor montante. Reiterou, ainda, que, sempre que existiam os bens e serviços disponíveis no nosso concelho, a autarquia negociava com os comerciantes da ilha, em vez de aprovisionar stocks importados, como forma de estimular a economia local. -----

-----No ano que passou, tinha-se iniciado a empreitada da rede do reservatório de Grotas II e do parque empresarial. Aquele presente ano, seria iniciada a empreitada da melhoria do centro histórico e zonas envolventes de Santa Cruz. A cobertura do pavilhão municipal, também apresentava uma execução financeira, pois tinha sido efectuado o pagamento do material que já se encontrava na ilha.-----

-----Quanto às contas do nosso município, o Presidente da Câmara informou que foram auditadas e certificadas pelo auditor externo, nos termos do artigo septuagésimo sétimo, da lei setenta e três, de dois mil e



Luiz Roberto Albuquerque

treze, de três de Setembro.-----

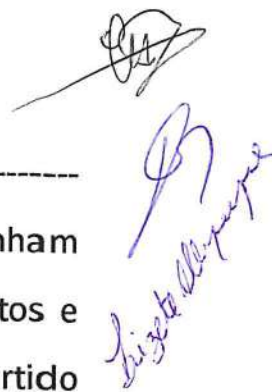
-----As atividades municipais procedidas nos termos legais, tinham permitiram apurar um resultado líquido positivo no valor de trezentos e setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e dois euros que seria repartido de acordo com o estipulado no relatório de gestão.-----

-----Por último, o Presidente da Câmara salientou que era com agrado que se verificavam aquelas execuções financeiras, fruto do trabalho dos anos anteriores e que aquele executivo renovava a vontade de continuar a trabalhar para melhorar a vida dos seus munícipes e também de quem nos visitava.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se à votação onde foi aprovado por maioria, com 11 votos favoráveis por parte do Partido Socialista e 8 abstenções por parte do Partido Social Democrata.-----

-----De seguida o senhor deputado José Avila apresentou a seguinte declaração de voto: “A Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, hoje analisada nesta Assembleia, reflete, com toda a transparência da informação nela contida, como não podia deixar de ser, o funcionamento da autarquia no ano económico de 2017.-----

-----O total da Despesa foi de cerca de 4,8 milhões de euros, mais 1,3 milhões de euros do que em 2016, com uma taxa de execução, relativamente ao orçamento, na ordem dos 85,5%, melhorando também em cerca de 15 pontos relativamente ao ano anterior. As Despesas Correntes foram no valor de 2,9 milhões de euros, atingiram uma execução de 91,6%. Por sua vez, as Despesas de Capital foram de 1,8 milhões de euros, com uma execução na ordem dos 77,1%.-----



[Handwritten signature]
[Handwritten name: Luísa Albuquerque]

----- É de notar que a taxa da execução do total da Despesa é a melhor, pelo menos dos últimos 16 anos.-----

-----O Plano Plurianual de Investimento tem uma taxa de execução global de 70,8%, enquanto as Grandes Opções do Plano registam, em 2017, um montante executado de 2,7 milhões de euros, mais 1,2 milhões de euros do que em 2016, o que dá uma taxa de execução de 81,5%, enquanto em 2016 a taxa de execução era de 52,7% do previsto.-----

-----A dívida bancária registou um ligeiro crescimento, passou de 1,1 milhões de euros para 1,5 milhões de euros, mas, no entanto, essa dívida e os compromissos futuros existentes e assumidos não condicionam o funcionamento da autarquia, sendo este, mais uma vez, um sinal positivo que importa ressaltar.-----

-----Nos exercícios de 2015 e 2016 a Câmara Municipal foi muito afetada pelo atraso da regulamentação dos fundos comunitários, situação já ultrapassada.-----

-----No entanto a gestão dos projetos feita nesse tempo de crise permite agora à Câmara Municipal executar os projetos prioritários e que já estão em marcha.-----

-----Entretanto a Câmara prosseguiu com os apoios às famílias, onde se inclui programas de promoção de emprego, apoios à natalidade, bolsas de estudo e melhoria das condições de habitabilidade de famílias carenciadas. Além de tudo isso apoiou as instituições desportivas, onde se incluem três clubes com participações em provas externas, e em agremiações culturais, quer através dos contratos programas, quer em apoios excepcionais ou no apoio às atividades onde se inclui o Carnaval.-----


-----Voltamos a dar o nosso voto favorável às contas da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa porque refletem, de forma apropriada e transparente, uma boa execução financeira da autarquia.-----

-----Paços do Concelho de Santa Cruz da Graciosa, 30 de abril de 2018.---

-----Os Membros do Grupo do Partido Socialista”-----

Ponto 3: Apreciação e eventual aprovação da “ 1ª Revisão ao Orçamento, PPI, Atividades Mais Relevantes e Alteração ao Mapa de Pessoal”.-----

---- O Presidente da Câmara interveio, fazendo uma introdução sobre este assunto. O mesmo referiu que se tratavam de dois documentos na realidade, embora estivessem num só ponto, e a primeira revisão ao orçamento, conforme constava dos documentos enviados a todos os membros desta Assembleia atempadamente, era um ato obrigatório naquela reunião para a integração do saldo da conta de gerência. Informou que a primeira revisão era sempre para distribuir pelas várias rubricas, onde se achava que seria necessário reforçar. Logo na primeira página, salientou o mesmo, poderíamos ler uma entrada de vinte e um mil euros, relativos aos direitos de passagem que a Empresa de Eletricidade dos Açores tinha entregue àquela Câmara Municipal, referentes a dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete, o que é bom, pois tudo o que vem, vem por bem, para ajudar e colaborar na iluminação pública. Para além disto, e como já tinha sido explicado na reunião de Câmara, estavam incluídos, também, os noventa e cinco mil euros, que era um empréstimo que a Câmara Municipal pretendia efetuar, pois, como já devia ser do domínio público, a Câmara irá recuperar a pavimentação da Rua do Marítimo, uma pequena zona da Avenida Mouzinho de Albuquerque e da entrada da rua Dr. Manuel Gregório, já que aquelas tinham ficado em estado degradado,



Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page.



depois das obras realizadas pela Empresa de Eletricidade dos Açores, através da subempreitada Volt e Meio. O Presidente da Câmara referiu, ainda, que o facto de não existirem apoios comunitários para tudo quanto fossem estradas, era um problema bastante grave para Câmaras pequenas como aquela, que tanto tinham a fazer naquela área. Portanto, como aquela Câmara tinha a capacidade de endividamento, vai buscar à banca aquela parte para ajudar a tudo o que se possa fazer. O Presidente disse, ainda, que a Câmara esperava, e achava mesmo, que esta vai ser uma obra relativamente rápida, porque a empresa Volt e Meio estava próximo de acabar a sua parte e certamente a empresa Tecnovia faria, logo de seguida, a repavimentação. A Câmara gostaria, também, que essa obra decorresse, pelo menos, só até finais de junho. Era de todo conveniente que não se prolongasse até julho, porque, por exemplo, a Rua do Marítimo era utilizada até para trânsito pesado que se dirigia para outros lados da ilha e era, pois, uma rua bastante utilizada. Esta requalificação do pavimento era uma oportunidade, porque a Empresa da Electricidade em conjunto com o empreiteiro Volt e Meio, fazia metade da obra e aquela Câmara faria a outra metade, por isso recorreram à banca.-----

-----De seguida o Presidente da Câmara explicou que na página dois se podia ler um reforço de seis mil euros na rubrica "Livros e documentação técnica", porque aquela Câmara, à semelhança do que vinha acontecendo habitualmente todos os anos, tinha participado no lançamento e compra de vários livros que se mostravam um reforço no espólio da biblioteca pública com temas da nossa ilha, não só em quantidade, mas também em qualidade e, assim, este presente ano iriam lançar um novo livro. A Câmara iria, também, comprar o livro dos Cem Anos da Filarmónica Recreio dos Artistas, editado em janeiro deste ano.-----

CAJ
Luís Albuquerque

----- Ainda neste ponto, o Presidente da Câmara salientou que haveria um reforço de vinte mil euros para a iluminação das ruas, aquando das festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, porque, como todos podiam ver, cada ano havia uma rua já com material da câmara e esperava-se que dentro de poucos anos o material fosse todo propriedade da câmara, porque ficava mais barato. Referiu, ainda, que as pessoas podiam pensar que seria bom mudar a decoração, mas que o material de iluminação acarretava grandes gastos e, tal como em outras festas açorianas bastante conhecidas, víamos que esse material era reutilizado durante muitos anos, pois nem sempre era possível a mudança pelos custos que assumia. O que se poderia, talvez, fazer futuramente era mudar os motivos de uma rua para outra para diversificar um pouco mais, o que era um investimento em termos de câmara.-----

----- Por outro lado, o Presidente da Câmara referiu que o orçamento apresentado também foi distribuído pela parte do pessoal. A Câmara tinha algumas pessoas contratadas a tempo determinado e ainda algumas pessoas usufruindo dos programas do Governo Regional, o que era uma grande ajuda para uma Câmara sem grande capacidade para contratação. No entanto, embora lentamente, de há dois anos para cá, o quadro de pessoal tinha vindo a aumentar, uma vez que o Governo da República, através do Orçamento de Geral de Estado, tinha deixado que as autarquias, desde que estivessem em situação financeira estável, contratassem pessoas a tempo indeterminado. Este ano, por exemplo, a Câmara já tinha contratado desta forma um técnico superior, um arquitecto, uma vez que estava a pagar esta prestação de serviços, que era obrigatória para revisão de qualquer projecto que entrasse na câmara, em termos de arquitectura, tinha que ter a visão de um arquitecto para



Luiz Alberto

que pudesse ser aprovado. Informou ainda, o Presidente da Câmara, que naqueles últimos dias, tinha aberto, também, concurso durante dez dias úteis, para mais dois lugares de técnicos superiores, um na área do ambiente e outra na área jurídica. Desta forma, salienta o Presidente, a pouco e pouco, a Câmara iria recheiar o seu quadro de técnicos superiores, embora também, para o futuro, tenha que o fazer ao nível de assistentes técnicos e assistentes operacionais. Todos eram precisos e, por isso, valorizava muito os programas do Governo, embora sabendo que era uma situação com alguma precariedade, mas que um dia se poderia resolver. O Presidente referiu que era importante para as pessoas que tivessem algum trabalho.-----

----- De seguida, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Guadalupe, Marco Nuno, começou por congratular a Câmara Municipal pela contratação de um arquiteto, achando que era essencial não só para a Câmara, mas também para a ilha, pois fazia muita falta. Salientou, também, a importância do empréstimo dos noventa e cinco mil euros, para as obras da Rua do Marítimo, porque, no seu entender, eram estes investimentos que eram precisos e, quando vinham, era de louvar.-----

----- Por outro lado, o Presidente Marco Nuno questionou o Presidente da Câmara sobre a quantia de trinta mil euros, destinada ao reforço das festas do Senhor Santo Cristo e sobre os quais o Senhor Presidente da Câmara não tinha tecido comentários na sua intervenção.-----

----- Sobre este último assunto o mesmo Presidente da Junta de Freguesia de Guadalupe realçou algumas questões. A primeira questão foi se a Câmara Municipal tinha previsto algo diferente para as referidas festas, relativamente aos anos anteriores. Uma segunda questão era se a Câmara tinha alguma dívida relacionada com as festas do ano transacto e uma

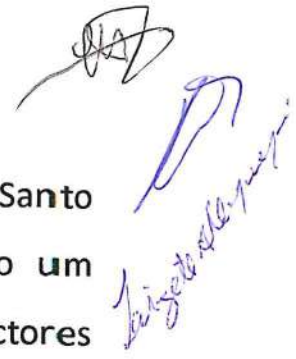
Handwritten signature and notes in blue ink.

última questão era no sentido de saber quem pagava os grupos que actuam na Praça Fontes Pereira de Melo, aquando das mesmas festas, como por exemplo os *Onda Jovem* ou as filarmónicas, se era a Câmara Municipal ou se era a Associação de Promoção e Desenvolvimento da Ilha Branca (PRODIB).-----

PRB
[assinatura]
Projeto Onda Jovem

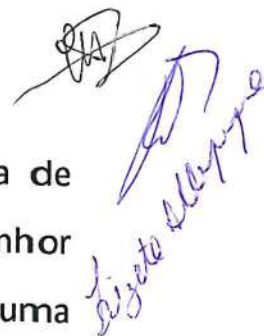
--- O Presidente da Câmara respondeu ao Presidente Marco Nuno, dizendo que ao longo dos anos as festas iam evoluindo, que as suas despesas iam aumentando e havia uma menor participação. Salientou o facto do senhor deputado municipal, Marco Nuno, fazer parte de uma comissão de festas e que, portanto, sabia muito bem como era que as coisas funcionavam, não se estava a falar de nada que todos ali presentes não soubessem. Quem fazia parte de comissões de festas, como era o caso de quase todos os que estavam ali presentes na Assembleia, sabia as dificuldades que se encontrava. Portanto, a Câmara entendeu que devia reforçar o apoio, se necessário fosse, para as festas de Santo Cristo. Continuou, dizendo que naquele momento, poderia haver alguma novidade, embora já tivessem sido lançados os cartazes, tanto para a Feira Taurina como para o Festival Ilha Branca, mas poderia sempre surgir qualquer coisa que viesse de última hora e que pudesse ser necessário. Portanto, naquele momento quem fazia a parte exterior das festas era uma associação, como sempre foi feita anteriormente, e como também provavelmente, assim o fazem em todas as outras localidades, e que apresentava a suas contas à Câmara, tal como todos deveriam apresentar, e, portanto, a Câmara entendeu que estava na altura de reforçar com mais algum dinheiro para que se pudesse fazer as festas com dignidade. O Presidente disse, ainda, que estas festas assumiam uma grande importância durante cerca de 2 semanas ao nível do grande impacto

económico para a ilha. A Câmara entendia que as Festas do Senhor Santo Cristo deveriam ser vistas não como uma despesa, mas como um investimento. Um investimento para a ilha e para os seus vários sectores económicos, essencialmente para a restauração, as residenciais, o turismo rural, o alojamento local, tudo o que vivesse à volta destas festas. São aquelas duas semanas, tal como outros eventos que aconteciam, como por exemplo o rally, que davam esse impulso económico. Quem ia à Praça Fontes Pereira de Melo notava perfeitamente a falta da grande quantidade de pessoas, na segunda feira das festas, à noite, quando regressavam no barco da Atlânticoline. Para o Presidente da Câmara, era, pois, importante investir nas Festas do Senhor Santo Cristo, em todas as suas vertentes, e dar-lhe a dignidade possível, porque eram as festas do concelho e representavam a nossa ilha. Existiam muitas festas de junho a setembro, todos os fins de semana havia festas, mas desde que tinha sido feito um entendimento entre a Santa Casa da Misericórdia de Sant Cruz da Graciosa e a Câmara da altura, salvo erro desde 1988, para que fossem divididas as responsabilidades das diferentes áreas da festa, a parte profana tinha passado a ser da responsabilidade da Câmara Municipal e a parte religiosa tinha continuado a ser da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia. O Presidente informou, também, que, quando era feito o programa destas festas, a senhora provedora da Santa Casa da Misericórdia fazia parte da comissão, como não podia deixar de o fazer, para integrar o programa religioso. Segundo ele, os Presidentes Camarários precedentes sempre tentaram fazer as festas o melhor possível, contribuindo com o seu melhor para que todos nós vivêssemos a festa com alegria e satisfação e era isso que aquela Câmara também fazia e esperava fazê-lo até ao final do seu mandato.-----



Handwritten signature and name in blue ink.

-----Ainda acerca do mesmo assunto, o senhor Presidente da Junta de freguesia de Guadalupe, Marco Nuno, salientou que realmente o senhor Presidente de Câmara tinha razão, ele também fazia parte de uma comissão e festas e sabia exatamente as dificuldades que tinha uma comissão de festas e o que era que esta tinha que fazer para poder sobreviver. Disse, também, que há cerca de meio ano, tinha-se falado naquela Assembleia na reposição dos vinte e cinco por cento que tinham sido "tirados" a todas as festas das freguesias e localidades da ilha. Segundo este, quer queiramos quer não, fazia-lhes muita falta. Marco Nuno deu o exemplo das festas da freguesia de Guadalupe, que era da tal comissão que ele fazia parte, dizendo que seiscentos e vinte e cinco euros davam para pagar a filarmónica que ia acompanhar a procissão e restavam. O que parecia uma quantia pequena para as festas do Senhor Santo Cristo, para as suas festas, em termos de sobrevivência, era muito importante. O dinheiro que recebiam da Câmara Municipal era praticamente para os direitos de autor. Disse ainda que, devido às dificuldades que cada vez se mais se enfrentava, de ano para ano, e ali na Assembleia havia muita gente que pertencia a comissões de festas e, portanto, sabia o que ele estava a falar, cada vez iria realizar-se menos festas. Disse também que já existiam mesmo algumas que há muitos anos não se realizavam e estava desconfiado que haveria, este ano, mais lugares diferentes que não iriam fazer a sua festa. Como ele disse há meio ano atrás, quando naquela altura se tinha voltado a falar, ali na Assembleia, se era possível a reposição destes vinte e cinco por cento a todas as festas, tinha-lhes sido dito que não. Ele próprio notava, naquele momento, que aquele reforço de trinta mil euros para uma festa que já tinha um orçamento de cento e cinquenta mil euros, era um bocado triste


Santo Alago

para todas as pessoas que pertenciam a comissões de festas e que trabalhavam duro para a que a festa fosse para a frente. Na sua opinião, estes trinta mil euros deveriam ser investidos num palco, porque poupava tempo aos funcionários da Câmara. Salientou que todos deviam saber que, por exemplo, é preciso montar e desmontar palcos, montar tubos e, apertar porcas e desparafusar porcas. Sendo assim, um palco amovível que fosse fácil de montar, como já se tinha falado o ano passado, fazia com que estes trinta mil euros dessem ou, pelo menos ajudassem, e a câmara futuramente poupava em mão de obra e em dinheiro. No seu entender eram investimentos como aquele que serviriam melhor a ilha do que o reforço de trinta mil euros à PRODIB. Segundo ele, ninguém estava a dizer que não se deveria reforçar as festas do Senhor Santo Cristo, o que ele queria dizer era que também era preciso olhar para as outras festas que muito trabalhavam para poderem levar a sua avante. O senhor deputado Marco Nuno, dirigindo a palavra ao senhor Presidente da Câmara, referiu, ainda, que este também pertencia, há muitos anos, a uma comissão de festa, muito antes do que Marco Nuno, e que, portanto, sabia as dificuldades que acarretavam. Cada vez mais eram precisas novas taxas, novas licenças para poderem realizar a sua festa. A título de exemplo, referiu que quando era para fazer uma tourada, só para atirar um foguete eram precisos quinhentos euros, sem contar com o número de foguetes. Se fosse a contar com touros e tudo, só em despesas, eram precisos à volta de mil euros. Quem fazia uma tourada a pensar em lucro, numa festa a segunda tourada era o lucro e a primeira era para pagar as dívidas. Por isso, Marco Nuno disse que era completamente contra aos trinta mil euros de reforço às festas do Senhor Santo Cristo. Disse, ainda, que não lhe tinham respondido se era a PRODIB quem pagava os



Dizete Alamy

conjuntos que actuavam na Praça Fontes Pereira de Melo e, se fosse, não estava no relatório deles, o qual ele tinha ali à sua frente. Pelo que dizia no relatório, os cento e cinquenta mil euros dava e restava e, por isso, não percebia aquele reforço. Se tivesse no relatório que iriam precisar do reforço para fazer algo diferente e investir em algo diferente, aí ele concordaria a cem ou a duzentos por cento. Mas, assim, achava que não tinha qualquer tipo de fundamento. Marco Nuno deu o exemplo, exposto no relatório, de vinte mil euros gastos na electricidade, referindo que na sua opinião, era um bom investimento, tal como deveria ser os trinta mil euros, pois futuramente iria restar mais.-----



----- De seguida, o senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor deputado municipal, Marco Nuno, dizendo-lhe que lhe iria colocar uma questão, uma vez que também o próprio Presidente tinha o direito de colocar questões e de responder ou não a questões, tal como os senhores deputados tinham, também, o direito de colocar questões e de responder ou não a questões. Assim, e sabendo ele que o senhor deputado Marco Nuno também fazia parte de uma comissão de festas, assim como outros deputados daquela Assembleia, o Presidente da Câmara questionou-o, então, de qual seria a sua opinião entre investir num palco amovível, de fácil transporte e de montagem, e a reposição dos vinte e cinco por cento às festas das várias localidades. O Presidente da Câmara frisou, ainda, que tinha uma opinião muito própria sobre aquele assunto e, no seu entender, sem estes vinte e cinco por cento, ninguém tinha deixado de fazer as suas festas. Referiu, ainda, que no presente ano será reposta, até, a festa do Bom Jesus, o que é bom. Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que o que era normal fazer-se nestas festas, há cerca de quarenta anos atrás, era a sua missa de festa e a sua procissão no domingo e não havia mais

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



nada. Depois, o tempo foi-se passando, e segundo tinha conhecimento, tinha havido um processo evolutivo que tinha dependido, também, dos párocos. Portanto, segundo ele, isto tudo vinha a propósito da reposição do vinte e cinco por cento e, na sua opinião, sem estes vinte e cinco por cento, ninguém tinha deixado de fazer as suas festas, dentro das suas possibilidades, sendo que todos tinham tentado fazer o melhor possível. O Presidente da Câmara disse, também, que o senhor deputado municipal, Marco Nuno, sabia com certeza que todos gostavam que o seu lugar tivesse uma festa muito boa e que, até, há alguns anos atrás, sem citar nomes, tinha havido festas que tinham tentado fazer concorrência às festas do Senhor Santo Cristo. Não era ainda Marco Nuno pertencente possivelmente a comissões de festas, mas que com certeza sabia que as referidas festas tentaram ter a sua importância, e que realmente tiveram, mas que era uma pena atitudes como aquelas, pois quando as coisas cresciam muito depressa tendiam a terminar menos bem e havia um corte radical. Para o Presidente, foi, portanto, uma pena que tal tenha acontecido. Manuel Avelar explicou, ainda que, na sua opinião, o corte destes vinte e cinco por cento talvez não tenha afetado as festas, sabendo que realmente fazia falta, era pouco dinheiro para fazer a festa, isto ele não punha em causa, o que se colocava em causa era que entre uma coisa e outra havia que escolher. Aquela era a sua opinião e com certeza o senhor deputado Marco Nuno também teria a sua opinião em relação àquelas duas situações.-----

-----De seguida, tomou a palavra o senhor deputado José Avila, referindo que a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, nos anos oitenta ou noventa, tinha decidido, e quanto a ele muito bem, transformar as festas do Senhor Santo Cristo nas maiores festas da ilha e ao assumir isso, tinha

assumido, também, algumas responsabilidades financeiras que tudo aquilo implicava. Segundo ele, o que restava saber era se, e era esta a discussão que estava ali, deveríamos reforçar ou não os apoios às festas do Senhor Santo Cristo. O mesmo deputado disse não acreditar que desde aquela altura, as festas tivessem sido apoiadas com verbas inferiores àquelas que estavam ali a falar, sobretudo algumas festas. Portanto, as despesas eram mais ou menos visíveis e sabia-se de que era que se estava ali a falar e, além disto, havia ali na sala algumas pessoas que tinham feito parte de comissões de festas, não só de freguesias, mas também das nossas festas principais do concelho de Santa Cruz da Graciosa, as nossas festas do Senhor Santo Cristo. O senhor deputado referiu, também, que tinha dito aquilo sem qualquer tipo de preconceito, ele próprio que já tinha estado naquela casa pela oposição e tinha achado que a aposta nas festas do concelho era muito importante, muito embora desse, também, muita importância às festas de freguesia, que também eram muito importantes não só para a economia das freguesias, mas para toda a nossa ilha. Segundo José Avila, felizmente são festas que se têm mantido ao longo dos anos. Têm passado por algumas dificuldades, é certo, mas, segundo ele estavam ali a falar em dois níveis diferentes. As festas de freguesia normalmente buscavam apoio de maneira diferente das festas concelhias, iam buscar os apoios às juntas de freguesias e também à Câmara Municipal. Esta última, durante aquelas festas de freguesia, também disponibilizava outros tipos de apoio, que não monetários, que deveriam ser valorizados. O mesmo deputado disse, ainda, que via muitas vezes, que a Câmara Municipal, ao longo do período de verão, tinha grandes dificuldades em assumir trabalhos a que era obrigada a fazer em outras áreas, para acudir às festas de freguesia. Para ele, era importante

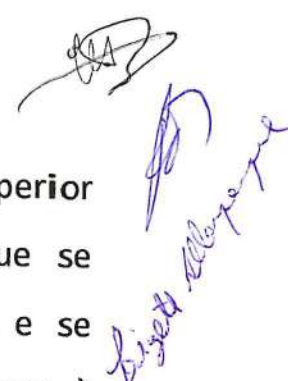


Luizete Albuquerque

manter-se esse tipo de trabalho, mas também era importante valorizá-lo. -
-----Relativamente às sugestões que o senhor deputado Marco Nuno
apresentou, José Avila disse que as sugestões eram sempre aceitáveis e
que da sua parte também estava muito à vontade para aceitar que uma
ou outra situação pudesse ser emendada, quando nos enganamos, porque
só não errava quem nada fazia. Mas essas eram só sugestões e a
democracia funcionava daquela maneira, sugeria-se e depois quem
orientava essas coisas havia de decidir se aceitava ou não as sugestões.
Disse o deputado José Avila que não valia a pena estar a fazer um filme
cada vez que as pessoas não concordavam com esta ou aquela sugestão.
Para o deputado, essa sua opinião não tinha nada a ver com aquilo que
tinha acabado de ser dito por Marco Nuno, pois até valoriza um pouco
aquilo que ele tinha dito. Neste sentido, e voltando à questão das festas
do Senhor Santo Cristo, José Avila disse que as festas de todos os
concelhos dos Açores que ele conhecia tinham apoios camarários e a
maior parte delas, que também conhecia, tinham orçamentos superiores
àqueles que estavam ali a falar. Segundo ele, a questão seria o porquê das
Câmaras Municipais fazerem essa aposta. Não era apenas para termos
umas bonitas festas, como toda a gente devia estar ciente disto, era
precisamente por causa de uma coisa que se chamava retorno. Tudo tinha
a ver com o retorno económico e, também, com outro tipo de retorno que
era, por exemplo, o regresso dos nossos emigrantes que aproveitavam as
festas ou da sua freguesia e sobretudo as festas do seu concelho para
voltarem à sua terra natal. Neste sentido, o deputado perguntou ao
senhor, Presidente da Câmara se tinha a noção de qual era o impacto real,
social e económico, que as festas do Senhor Santo Cristo tinham na
Graciosa. É que, segundo ele, isto era importante para se saber daquilo



José Avila

que se estava a falar naquela Assembleia, pois se o impacto fosse superior ao valor investido, então este deputado era da opinião de que se deveriam manter os apoios tal como estavam. Por outro lado, e se fizéssemos um inquérito às empresas da nossa ilha e chegássemos à conclusão que as festas do Senhor Santo Cristo não tinham o impacto que imaginávamos que tivessem, então aí dever-se-ia repensar e fazer as festas de outra maneira. Finalmente, o deputado repetiu a questão ao senhor Presidente da Câmara, no sentido de saber se existia algum conhecimento do impacto social e económico que as festas do Senhor Santo Cristo tinham para o nosso concelho.-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e disse que infelizmente aquela câmara não tinha números, mas tinha a perceção, tal como possivelmente também todos se apercebiam, mesmo sem estar ligado a alguma actividade económica, que os nossos cafés, a restauração, os nossos táxis, têm um grande impacto económico durante os meses de julho e agosto. Segundo o mesmo, a Câmara não tinha nada que nos dissesse em termos de números, mas tinha essa perceção e que, possivelmente, o impacto económico era muito maior do que o valor que se gastava naquelas festas, caso contrário, tal como disse o senhor deputado José Avila, estas teriam de ser repensadas. Reiterando o que disse na introdução deste ponto, para o Presidente as festas deveriam ser feitas com o objectivo de trazer desenvolvimento e ter impacto económico. Para ele, a Câmara estava convencida, e ali na sala haveria pessoas que estavam ligadas a festas e ao comércio que podiam confirmar aquilo, que aquele período era muito bom para os nossos cafés, restauração e tudo o que girasse à volta de uma festa. Sempre se levava alguma recordação, sempre se levava alguma coisa da Graciosa, o barco ia


Lizete Albuquerque

carregado de meloas e alhos e mais alguma coisa. Os que iam de avião é que infelizmente não podiam levar na mão as garrafas da Adega e Cooperativa e outros produtos ligados a particulares, o que era uma pena, mas a Câmara estava convencida de que valia a pena continuar a investir nas nossas festas. Havia sempre alguém das nossas comunidades emigrantes que até esperavam pelas festas da sua freguesia, ou grupos de outras ilhas, como bandas filarmónicas ou uma dança de pandeiro, que nos visitavam e era sempre bom receber bem, porque os Graciosenses sabiam receber bem. Principalmente da ilha Terceira, sabíamos que os nossos irmãos terceirenses gostavam muito das nossas festas, mais até talvez da Feira Taurina do que do Festival Ilha Branca, mas sabíamos que eles, no global, gostavam muito das nossas festas e era sempre um prazer recebê-los.-----



-----Seguidamente, tomou a palavra o senhor deputado Marco Nuno, respondendo ao senhor Presidente da Câmara e dizendo que escolhia o palco amovível, em vez dos vinte e cinco por cento, salientando que estava a falar mais em nome das outras festas já que na freguesia de Guadalupe é a comissão de festas que se encarrega de montar e desmontar o palco e que a câmara só apoia em termos da lonas, o que agradece. -----

-----Respondendo ao senhor deputado José Ávila, Marco Nuno disse, ainda, que não se tratava de um filme, mas sim da realidade. Disse, também, que este deputado tinha referido que nos anos oitenta ou noventa tinha estado naquela assembleia, mas não tinha dito qual tinha sido a sua posição. Disse que tinha havido reforço, mas não disse se na altura era a favor ou contra. Segundo Marco Nuno, ninguém era contra, nem ninguém queria comparar a festa do Senhor Santo Cristo com outra

Handwritten signature and text:
[Signature]
digitada por [Signature]

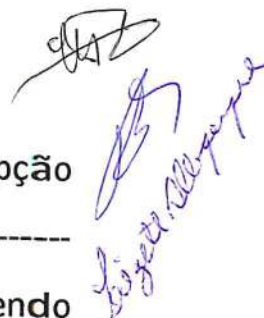
festa qualquer e, também, toda agente sabia que os emigrantes escolhia m esse período de férias para englobar as festas do Senhor Santo Cristo. Isso nem havia comparação. Não se podia comparar uma festa, naquele caso com cento e cinquenta mil euros, a uma festa com mil oitocentos e setenta e cinco euros, como é uma festa de freguesia. Disse ainda que ninguém estava a comparar nada. Disse também que o senhor deputado José Avila tinha dito que se houvesse algum estudo que comprovasse que as festas eram boas para os cafés e restaurantes, e toda a gente sabia que aqueles estavam sempre cheios naquela altura, que os apoios poderiam estar como estavam, então se era como estavam não era preciso alterar nada. O deputado disse, ainda, que terminava a sua intervenção só como uma pergunta, dizendo que se a comissão de festas de Guadalupe conseguia fazer a sua festa com menos seiscentos e vinte e cinco euros, então ele próprio questionava se a PRODIB conseguiria fazer as festas do Senhor Santo Cristo com menos trinta mil euros.-----

-----De seguida o Senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor deputado Marco Nuno, dizendo-lhe que essa pergunta ele teria que fazer ao senhor presidente da PRODIB, porque ele também não sabia se o senhor deputado Marco Nuno era o presidente da Comissão das festas de Guadalupe e, portanto, não sabia se a comissão de festas de Guadalupe também conseguia fazer a sua festa só com os mil e oitocentos e tal euros que a Câmara lhe dava, isto para tentar comparar as coisas com cada uma daquelas festas. O Presidente da Câmara disse, ainda, que tinha gostado de ouvir a opinião do senhor deputado Marco Nuno e, de seguida, respondeu à anterior pergunta sobre os concertos de verão na Praça Fontes Pereira de Melo, dizendo que é a Câmara que os paga, desde o mês de julho até princípios de Setembro, inclusive os concertos da festa



Senhor Santo Cristo

do Senhor Santo Cristo que acontecem naquela mesma praça, à excepção das filarmónicas que vão na procissão.-----

-----De seguida, tomou a palavra o senhor deputado José Avila, dizendo que quando se tinha referido ali aos anos oitenta ou noventa era para dizer que as festas do Senhor Santo Cristo tinham sido integradas na actividade normal da Câmara mais ou menos naqueles anos. E também o que tinha dito foi que relativamente aos investimentos feitos pelas Câmaras anteriores, tinham sido investimentos feitos na ordem daquela grandeza, sem dúvida, até talvez, por vezes, maiores. Mas, desde que o resultado tenha sido superior, este deputado achava que tinha sido bem empregue o investimento. Aliás, daquilo que tinha conhecimento, todos os dezanove concelhos da região faziam um grande investimento no período das festas maiores do seu concelho. Uns faziam um maior investimento, outros um menor investimento, mas o que estava em causa era o modelo de financiamento, ou seja, eram sempre as Câmaras que faziam aquele financiamento. Existia o financiamento de alguma publicidade, mas aquele não chegava a ser muito relevante. O que acontecia era que o modelo de financiamento divergia nas diversas Câmaras. Existiam modelos que, por exemplo, faziam concurso público, porque existiam empresas vocacionadas para este tipo de actividades, outros exemplos eram como a festa do Senhor Santo Cristo. Aliás, a PRODIB aparece, porque tinha desaparecido uma outra associação que organizava exactamente o que a PRODIB fazia agora. Portanto, esta associação não era algo recente, e quem andava na organização de festas há alguns anos, sabia que havia uma associação que desenvolvia actividades nas festas do Senhor Santo Cristo e financiava as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Referiu, ainda, aquele deputado que o


José Avila

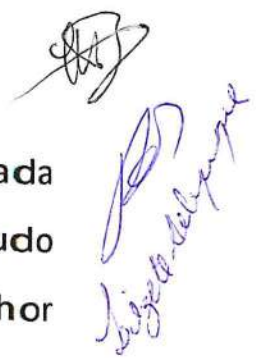
que tinha dito era que a sua opinião não tinha nada a ver com a sua presença em associações deste género, porque não tinha feito parte de nenhuma delas, no entanto José Avila disse saber que ali naquela assembleia, havia pessoas que tinham feito parte daquele género de associações e que, portanto, sabiam melhor do que ele como era que as coisas funcionavam. Reforçou, ainda, que para ele o que tinha acontecido no passado não era novidade nenhuma, nem sequer era preocupante falar do passado. Explicou, também, que ele próprio não iria falar ali do passado, caso não estivessem como uma certa descrença relativamente àquele reforço de trinta mil euros. Até porque aquele reforço podia ser entendido no bom sentido, ou seja transformar as coisas mais transparentes. Havia, por exemplo, investimentos durante o período de festas que às vezes se podiam confundir. José Avila refere ainda que tal como o senhor deputado Marco Nuno disse e bem, poderia haver confusão entre um concerto semanal de verão, que na altura das festas do Senhor Santo Cristo continuava a ser tratado como um concerto semanal, mas que talvez naquela altura devesse ser tratado como um concerto das festas do Senhor Santo Cristo. Mas, para o deputado José Avila, o mais importante era que as coisas funcionassem e que todos ficassem esclarecidos que os concertos eram pagos por uma ou outra instituição ou associação, pois alguém tinha de os pagar, para bem das nossas instituições. Disse ainda que uma câmara que organizava eventos, utilizando vários grupos actantes locais, fazia isso por duas razões, para animar a população mas também para ajudar os nossos grupos. Finalmente, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, o deputado José Avila disse que, não havendo nenhum estudo sobre o impacto económico e social das festas do Senhor Santo Cristo, o grupo do Partido

Handwritten signature and name:
José Avila

Socialista iria apresentar uma recomendação à Câmara, que daria entrada nos próximos dias, precisamente para que encomendasse um estudo independente para se perceber o real impacto que as festas do Senhor Santo Cristo tinha para a economia da nossa ilha e, depois nessa altura, todos poderiam, então, falar sobre as festas do Senhor Santo Cristo com mais propriedade.-----

-----De seguida, o senhor Presidente da Câmara disse que ficava, então, a aguardar a proposta dos senhores deputados municipais para a câmara estudar e deliberar sobre esta situação.-----

-----Depois desta intervenção, tomou a palavra o senhor deputado e Presidente da Junta de Freguesia, Paulo Cunha, dizendo que a sua intervenção tinha a ver com aquele último tema falado e que colocava a questão de que se tivéssemos em Assembleia uma proposta do município de menos trinta mil euros daquilo que já gastava nas festas, aí devíamos estar todos em desacordo, porque seria desinvestir naquilo que era o maior cartaz da ilha para exterior e não só, era reconhecido que as festas do Santo Cristo era a altura que trazia mais turistas e emigrantes para a nossa ilha, que se começássemos a fazer um desinvestimento na ilha, aí sim, seria preocupante. Ele próprio fazia parte da comissão do Festival Ilha Branca e tinha a ideia de que, muitas vezes, quando se organizava o festival, não se sabia o que poderia acontecer em relação a um grupo. Poderia haver o cancelamento de uma viagem, uma alteração para mais dias de estadia, devido a alguma ligação aérea, isto tudo levava a uma maior despesa. Segundo ele, estas eram ideias que tinham que nos fazer pensar, porque podia acontecer maiores gastos, mesmo nas festas mais pequenas, pois ele próprio também já tinha organizado a festa do Bom Jesus e isto já tinha acontecido. O fundamental era saber se estavam



Handwritten signature and name in blue ink, likely identifying the author of the text.


todos ali de acordo ou não que a festa de Senhor Santo Cristo se mantivesse com qualidade, do que estarem preocupados com pormenores de investimento. Se a câmara investisse mais cinquenta ou cem mil euros, seria sempre benéfico para todos. Em relação ao estudo que o senhor deputado José Avila falou ali, Paulo Cunha disse que era bem vindo mas, na sua opinião, a festa não tinha muito a ver com números, para este deputado não era só o retorno económico importante, mas também a presença das pessoas ali na ilha e a ideia que levavam da nossa ilha, do bem receber, de ter um bom festival, uma boa festa taurina e de tudo o que estivesse associado ao verão, como por exemplo umas boas zonas balneares, todo o investimento que se fazia naquela altura era tudo derivado às festas. Disse ainda que, quando nos preparávamos para a festa estava tudo envolvido. Todos se preparavam melhor, a restauração, os bares, as rent-a-cars, as casas, os barcos vinham à ilha mais vezes, enfim, a festa mexia com toda a economia. Dirigindo-se ao senhor deputado Marco Nuno, Paulo Cunha disse, ainda, que era como o que acontecia ao nível das festas de freguesia. Sendo Marco Nuno também Presidente de Junta de Freguesia de Guadalupe, com certeza que as pessoas que lá organizavam a festa lhe questionassem porque é que a junta não investia mais nas festas da sua freguesia, isto porque cada um na sua freguesia queria ter sempre uma festa melhor, com um melhor cartaz e com mais qualidade. Paulo Cunha disse, ainda, que concordava com aquele reforço e que se deveria fazer sempre um reforço todos os anos. Segundo ele, em festas anteriores apresentaram-se orçamentos maiores do que o actual e nunca ouviu ninguém queixar-se por isso.-----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia fez um comentário sobre alguns dos assunto falados até ao momento, referindo que não


José M. M. P. P.

havia um preço que pagasse o reforço da nossa ligação à diáspora, emigrantes no Canadá, nos Estados Unidos ou até na Terceira, onde viviam muitos Graciosenses de várias gerações, e, portanto, achava muito difícil que um estudo conseguisse chegar a uma conclusão real. -----

-----De seguida, o senhor deputado municipal e Presidente de Junta de Freguesia de São Mateus tomou a palavra e disse que aquele assunto já se tinha vindo a prolongar no tempo e por diversas vezes. Segundo ele, tratavam-se, pois, de festas concelhias e, portanto, são da ilha toda e todos nós deveríamos apoiar e tentar melhorá-las culturalmente. A começar pelo cartaz taurino, o reforço dos trinta mil euros não era na realidade muito e, no total, os cento e cinquenta mil euros para um cartaz que apresentava um festival musical, uma feira taurina e a animação que se fazia na praça e outros eventos, não era muito dinheiro. Só a feira taurina consumia verbas muito avultadas. Melhor ainda, se compararmos com orçamentos de outras festividades, como por exemplo nas Lajes ou Madalena do Pico, que não tinham feira taurina, que canalizavam toda a sua verba para concertos e para outras actividades, não era demais. Por outro lado, este deputado verificou que nos últimos dias, tinha-se criado um clima de suspeição sobre a associação que promovia as festas, o que para ele não era saudável, porque o voluntariado é que movia a pessoas, que trabalhavam gratuitamente, quer nas festas de freguesia quer nas festas de concelhias. Manuel José Ramos deixou ainda, em assembleia, uma recomendação fundamental para todos os que eram eleitos pelo povo e de forma a gerir os dinheiros públicos. À semelhança daquilo que já acontecia no presente ano com as juntas de freguesia, este deputado era da opinião de que todas as instituições que usufríssem de apoios municipais ou governamentais deveriam justificá-los devidamente à


Suzete Albuquerque


Câmara Municipal, porque assim se faz no governo regional e outras identidades, assim evitar-se-ia as suspeições.-----

-----Neste seguimento, o Presidente da Assembleia Municipal, teceu alguns comentários acerca daquilo que Manuel José Ramos disse, referindo que a questão da transparência é realmente muito importante, porque, por vezes, surgem confusões quer a nível local, quer a nível nacional, por falta de transparência. É preferível justificar sempre todos os montantes e pagamentos feitos. -----

----- Após esta intervenção, tomou a palavra o senhor deputado municipal, Eutímio Ortins, dizendo que relativamente ao que foi dito pelo senhor deputado Paulo Cunha acerca das despesas com as festas de freguesia, que ele próprio já fez parte da comissão de festas do lugar da Ribeirinha e que também já teve alguns contratemplos com despesas extra, dando como exemplo o pagamento de um cantor que não chegou a atuar devido ao mau tempo, mas que levou consigo, na mesma, o seu cachet. -----

-----Relativamente ao retorno económico que as festas do Senhor Santo Cristo davam ao comércio local, Eutímio Ortins lamentou o facto de o ano transato a Guarda Nacional Republicana ter atuado com multas a várias barracas que no recinto das festas se encontravam e que o lucro que tinham tirado das festas não tinha de pagar as referidas multas e que tinha havido, até, quem tivesse pago uma multa de seiscentos euros. Em relação ao que o deputado Manuel José disse sobre a justificação de contas à câmara municipal, Eutímio Ortins sugeriu que nada melhor do que a câmara pagar os direitos de autor, assim garantia uma justificação bastante legal e registada em fatura, bem como um grande apoio monetário para cada uma das festas.-----

----- Como comentário ao que disse o senhor deputado Eutímio, o Senhor


Luiz de Albuquerque

Presidente da Câmara referiu que iria anotar a proposta e que a Câmara ia pensar sobre o assunto. O mesmo Presidente disse, ainda, que não se podia fazer uma festa sem se pensar muito bem naquilo que se queria e no investimento que se queria fazer, sem esquecer o papel da Sociedade Portuguesa de Autores que tem uma delegação na ilha Terceira e que poderia, a todo o momento, ficar a saber da realização de uma festa, através das redes sociais, tal como toda a gente sabia. Disse ainda o Presidente da Câmara que até os bailinhos da Terceira, que é uma grande festa do teatro popular, também já foram alertados para pagarem os direitos de autores, e aí já se podia imaginar os milhares de euros que lá também iria pagar. A pouco e pouco, é essa situação que vai acontecer com todas as nossas festas, mesmo as festas de freguesia. No seu entender, tem que haver alguma negociação com a Sociedade Portuguesa de Autores e algum consenso da parte da mesma, principalmente para as festas da nossa freguesia porque são lugares muito pequenos.-----

-----De seguida, tomou a palavra o senhor deputado José Avila, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo que, quando se referiu ao estudo sobre o impacto das festas do Senhor Santo Cristo na Graciosa, a ideia era fazer um estudo que tivesse a ver com o retorno económico, mas também com a questão social. Tal como tinha proferido na sua primeira intervenção sobre este assunto, este estudo seria sobre o impacto real económico e social que as festas do Senhor Santo Cristo poderiam ter na comunidade Graciosense.-----

-----Após este esclarecimento, este mesmo deputado dirigiu a palavra ao senhor deputado Eutímio Ortins para dizer que, relativamente à atribuição de multas pela Guarda Nacional Republicana a algumas actividades económicas, aquando das festas do Senhor Santo Cristo no ano transacto,

Handwritten signature and name:
José Avila

nada poderia fazer, uma vez que não se pode impedir aquela instituição de fazer o seu trabalho. José Avila acrescentou, ainda, que tinha achado interessante o senhor deputado Eutímio Ortins ter sugerido, ali, um reforço por parte da Câmara Municipal para as festas de freguesia, nomeadamente para pagamento dos direitos de autor. Esta sugestão era para o senhor deputado José Avila válida e este garante que, se Câmara apresentasse, ali, uma proposta válida, para a qual não tivesse que tirar verbas a outros apoios também importantes, por parte da sua bancada tudo fariam para apoiar.-----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez um esclarecimento ao senhor deputado José Avila, dizendo que o que ele tinha dito sobre o estudo do impacto das festas do Senhor Santo Cristo tinha vindo ajudar ao que ele próprio queria dizer, salientando que respeitava este tipo de estudo mas, na sua opinião, este nunca reflectirá a realidade.-----

-----Posteriormente, passou-se à votação, onde foi aprovado por maioria, com 11 votos favoráveis por parte do Partido Socialista e 8 votos contra por parte do Partido Social Democrata.-----

Ponto 4: Apreciação e eventual aprovação da “Adesão ao Projecto ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais” por parte da Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.-----

----- Sobre este ponto, e a pedido do Presidente da Assembleia Municipal, interveio o 1º Secretário da Mesa, Tiago Santos, dizendo que se tratava de um convite enviado pela referida associação e aquela pretendia desempenhar um papel semelhante ao da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Para além de proporcionar formação e apoio

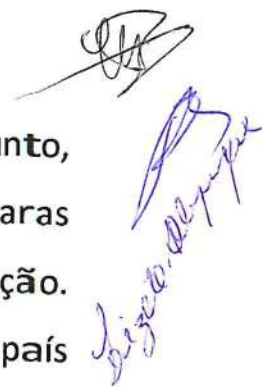
AS
João Almeida

jurídico, tentava, também, que as assembleias municipais, em conjunto, pudessem trabalhar em prol dos cidadãos um pouco à parte das câmaras municipais, já que as assembleias municipais faziam parte da fiscalização. Neste sentido, e como a maioria das assembleias municipais do país estavam a aderir, também a mesa daquela assembleia tinha pensado em aderir. Tiago Avelar acrescentou, ainda, que, quando receberam o convite, podiam tê-lo trazido logo àquela assembleia mas, o protocolo dizia que a mesa sugerisse à Câmara Municipal se estaria de acordo que se fizesse uma proposta à Assembleia Municipal e foi daquela forma que tinham tratado o processo, tudo conforme. Tiago Avelar informou, ainda, que este assunto está bem esclarecido no CD que foi entregue a todos os membros daquela assembleia e disponibilizou-se para esclarecimento de dúvidas.-----

----- Não havendo inscrições sobre este assunto, passou-se à votação o qual foi aprovado por unanimidade. -----

-----No período da intervenção do público, o senhor Tiago Correia colocou várias questões ao Presidente da Câmara para fazer essencialmente três alertas. O primeiro foi em relação ao estado de algumas canadas e caminhos, Canada do Campo, Santo Amaro e alguns caminhos do Bom Jesus, que estão em estado de mato naquele momento. Em ambos os lados da via se via muitas ervas, o que dava um péssimo aspecto, já que estávamos perto do verão. O senhor Tiago Correia referiu que não sabia se todos esses caminhos estavam sobre a alçada da Câmara Municipal, mas pedia ali que esta fizesse pressão sobre as entidades responsáveis pela sua limpeza.-----

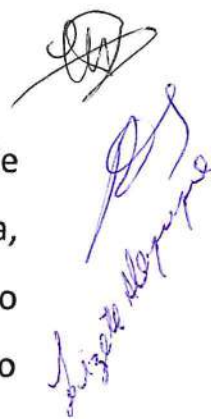
----- Um outro alerta foi para a insegurança rodoviária que está acontecer nas Dores e no Barroso. Ele próprio sabe que este tema já foi levado à



Handwritten signature and name in blue ink, likely identifying the author of the document.

reunião da Câmara Municipal pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz e pela senhora Vice Presidente da Câmara, mesmo assim, segundo ele o que se está a passar naqueles caminhos é no mínimo uma incompetência por parte da empresa Tecnovia. Ele próprio até tinha feito fez aquela denúncia pública. Para além das valas que levavam muito tempo a serem retificadas, colocavam bagacina e depois ficava mais de metade da estrada cheia de bagacina, quando só retificaram uma pequena vala. Para além disto, disse que muitas das intervenções estavam a ser feitas em plenas curvas o que, na sua opinião, carecia de alguma urgência por parte da empresa Tecnovia, para tentar corrigir, pelo menos na zona das curvas. Tiago Correia deu o exemplo da zona do Barroso, onde numa curva que não tinha visibilidade alguma, e tratando-se de um caminho muito estreito, poderia acontecer alguma travagem, e por conseguinte, com certeza o carro iria derrapar.-----

-----Um terceiro tema trazido por Tiago Correia foi a questão da Escola do Bom Jesus, tendo ele a consciência que já era um tema recorrente e que já tinha sido trazido esta semana para reunião da câmara. Tiago Correia disse que era morador daquele lugar e referiu que ainda se continuava à espera de se intervir naquela escola. Naquele próprio dia, Tiago Correia passou por lá e verificou que o recinto junto à escola está cheio de erva que tapava até praticamente metade do edifício da escola. Isto, segundo ele, demonstrava desleixo e até alguns moradores se aproveitavam, colocando lá alguns cavalos e vacas, pelo menos sempre estavam a dar algum alimento aos animais. Em relação ao teto da referida escola, Tiago Correia acrescentou que se notava que estava em perigo de ruir. Toda a escola estava muito destruída, porque as crianças daquele lugar iam para lá brincar e estavam a destruir as janelas e portas da


Lizete Albuquerque

escola. Neste sentido, e sabendo que as crianças têm sempre tendência para irem para a zona onde não devem ir, Tiago Correia disse prever um problema muito sério que pudesse acontecer com alguma criança que passasse por ali. O que ele não compreendia era o porquê de se terem colocado taipais nas portas da escola, pensando que poderiam resolver alguma coisa. Mas, o que se via era que a escola continuava da mesma maneira. Aquele cidadão pediu, portanto, à Câmara Municipal que tentasse intervir naquela escola, ou aproveitar a proposta da junta de freguesia de Santa Cruz e cedesse o espaço àquela junta, para se fizesse a sua devida valorização. Tiago Correia finalizou, dizendo que preferia que se cedesse o espaço à junta de freguesia de Santa Cruz do que aquele continuasse como está.-----O Presidente da Assembleia Municipal teceu, de seguida, alguns comentários sobre o assunto da escola do Bom Jesus, dizendo que a intervenção do senhor Tiago Correia tinha sido muito boa e que ele próprio tinha uma forte ligação afetiva àquele lugar, porque tinha sido lá que se tinha estreado como professor e, quando por lá passava e via a degradação da sua escola, lhe doía muito, mas compreendia que ninguém conseguia sentir verdadeiramente as dores do outro, mas pode-se imaginar.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo que realmente não podia sentir as dores dele, mas que também era professor, embora não de primeiro ciclo, e dava muito valor àquele edifício. O edifício era único na nossa ilha. Primeiro, porque marcava uma época em termos de construções escolares, era um edifício do Estado Novo, e era muito interessante. Disse ainda que o estado do edifício era realmente uma preocupação da Câmara Municipal e aquela já tinha recebido o pedido conjunto da Junta de



Tiago Correia

Handwritten signature and name: "Lizete Albuquerque"

Freguesia de Santa Cruz e da Assembleia Municipal de Santa Cruz para intervenção naquele espaço. A câmara estava a estudar a situação e aguardava um parecer jurídico, para saber que formalidades tinham que estudar para que tudo se fizesse dentro da legalidade. Não havia nenhuma forma de negligência e a câmara tinha muito gosto que a junta de freguesia de Santa Cruz lá pudesse investir e fazer o que pretende fazer.---

----Em relação à insegurança rodoviária, o senhor Presidente da Câmara disse que também a empresa Volt e Meio estava com este tipo de problemas e que também esperavam que a parte intervencionada pela Volt e Meio estivesse quase completa. Disse, ainda, que na última reunião de Câmara prorrogou-se o prazo das intervenções na rede de águas até treze de junho e que, por isso, esperavam que a Tecnovia tivesse o bom senso de terminar a obra naquela altura para que a partir dos meses de julho e agosto estivessem todos despreocupados com esse assunto. Disse também que, em termos reais, já faltava pouco para dar por terminadas as intervenções referidas, faltava só a Canada Nova e a Canada das Figueiras. A Câmara tinha a consciência de que existiam algumas regras técnicas em relação à colocação do asfalto e isso tinha que se tido em conta, porque poderia gerar lombas ou rebaixamentos na estrada. Mas, segundo ainda o Presidente da Câmara, aquele cuidado não implicava que aquela empresa não agilizasse meios técnicos que pudessem acelerar o processo e também que tivessem um certo bom senso na limpeza das estradas. -----

---- Em relação à limpeza das canadas referidas por Tiago Correia, o Senhor Presidente da Câmara disse que era preciso realmente não esquecer que estamos a entrar no Verão e todos tinham que ter o bom senso de manter limpa a nossa ilha para que pudessemos ouvir sempre de

quem nos visita que a ilha é mesmo Graciosa. Neste sentido, tínhamos muito que trabalhar, todos nós, mesmo em termos particulares nos nossos jardins, de forma a contribuir para aquela limpeza. Em alguns países havia até a obrigação dos cidadãos limparem à frente das suas casas. Em Portugal as regras são outras, mas devíamos limpar os nossos jardins e chamar sempre à atenção da câmara e juntas de freguesia para que tentassem fazer o melhor possível. Assim, chegaríamos ao verão com uma Graciosa mais limpa e mais florida, dentro do possível, para que os nossos visitantes e os próprios cidadãos pudessem apreciar melhor a ilha.-

-----Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia teceu alguns comentários dizendo que o Bom Jesus tinha dois símbolos do nosso património que eram o Charco de Junco e a Escola do Bom Jesus. Relativamente ao Charco de Junco, este Presidente manifestou o seu contentamento e disse que a junta de Freguesia de Santa Cruz fez um trabalho excelente. Disse ainda que alguém poderia fazer a observação de que o recinto não estivesse exactamente como era, mas a culpa não era de quem o tinha recuperado e sim do roubo que alguém tinha feito de algumas peças. Havia lá uns reservatórios próprios para cada produto que se preparava para as vinhas e que desapareceram, o que foi pena, porque, segundo ele, aquele recinto é história da Graciosa. O Bom Jesus era o centro da vinicultura da Graciosa, actividade tão importante para esta ilha que até estava simbolizada na bandeira do município. Com um grande valor estava também, para este Presidente, a Escola do Bom Jesus que, tal como o senhor Presidente da Câmara tinha referido, evidenciava um grande valor histórico e arquitectónico. Disse ainda que o lugar do Bom Jesus era bastante povoado antigamente, tinha famílias muito numerosas e a escola tinha muitos alunos.-----

Handwritten signature and text:
[Signature]
fizete de p...
[Signature]

-----Não havendo mais inscrições para o efeito, deu-se o mesmo por encerrado.-----

-----Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão tendo-se elaborado a Minuta de Ata que depois de lida em voz alta, na presença de todos, foi posta à votação e foi aprovada por unanimidade. Esta Ata foi aprovada em minuta para poder ter execução imediata.-----

A Mesa da Assembleia Municipal

João Paulo Vieira Pimenta
[Assinatura]
Lizete Bergamini Oliveira de Sousa de Albuquerque